

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE ANGELINA  
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

LEI Nº 755\_

ESTIMA A RECEITA E FIXA A DESPESA DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL PARA O EXERCÍCIO DE 1997.

Mauro Jonck, Prefeito Municipal de Angelina, faz saber a todos os habitantes do município, que a Câmara de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte lei:

Art. 1º - O Orçamento Fiscal do Fundo Municipal de Assistência Social, para o exercício de 1997 estima a Receita e fixa a Despesa em R\$ 14.700,00 (quatorze mil e setecentos reais).

Parágrafo 1º - A Receita Orçamentaria Fiscal a que se refere esse artigo será oriunda do Orçamento Fiscal da Prefeitura Municipal de Angelina e do Fundo Estadual de Assistência Social de acordo com a seguinte composição:

1 - RECEITAS CORRENTES	R\$ 14.200,00
1.1 - Receita Patrimonial	R\$ 100,00
1.2 - Transferências Correntes	R\$ 14.100,00
2 - RECEITAS DE CAPITAL	R\$ 500,00
2.1 - Transferências de Capital	<u>R\$ 500,00</u>
T O T A L	R\$ 14.700,00

Parágrafo 2º - A Despesa relativa ao Orçamento Fiscal a que se refere esse artigo será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta lei, pôr funções, programas, sub-programas, projetos/atividades e elementos de despesa, distribuídos da seguinte maneira:

1 - DESPESA PÔR FUNÇÕES	
15 - Assistência e Previdência	R\$ 14.700,00

2 - DESPESA PÔR CATEGORIA

DESPESAS CORRENTES	R\$13.500,00
Despesas de Custeio	R\$ 9.500,00
Pessoal	R\$ 1.000,00
Material de Consumo	R\$ 8.000,00
Serviços de Terceiros e Encargos	R\$ 500,00
Transferências Correntes	R\$ 4.000,00
Transferências a Instituições Privadas	R\$ 4.000,00
DESPESAS DE CAPITAL	R\$ 500,00
Investimentos	R\$ 500,00
Equipamentos e Material Permanente	R\$ 500,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	<u>R\$ 700,00</u>

T O T A L

R\$14.700,00

Art. 2º - Os recursos da Reserva de Contingência do Orçamento Fiscal do Fundo Municipal de Assistência Social são destinados a suplementar pôr ato do Executivo Municipal, as dotações que apresentarem deficiência no decorrer da execução orçamentária.

Art. 3º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado, nos termos do art. 7º da Lei Federal nº 4.320/64 , a abrir créditos adicionais suplementares, até o limite de 100% (cem pôr cento) da receita estimada para o orçamento fiscal do Fundo Municipal de Assistência Social.

Art. 4º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a firmar convênio com o Governo Federal e Estadual através de seus órgãos da administração direta e indireta.

Art. 5º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Angelina, 02 de junho de 1997.

Mauro Jonck  
PREFEITO MUNICIPAL

PLORCFUN.DOC